

Resolução sobre a Programação Anual de Saúde - 2022

Há de se reconhecer avanços no Plano Plurianual da Secretaria de Saúde e, por conseguinte, na programação anual de 2022, incorporando grande parte das diretrizes, objetivos e metas que se encontram no relatório final do Conselho Municipal de Saúde. É possível que seja, dos PPAs analisados, aquele que mais se aproxima dos anseios dos representantes de usuários e trabalhadores presentes nas várias plenárias e, anteriormente, na 11a. Conferência Municipal.

Ressalve-se também que há diretrizes e objetivos que foram propostos pelas conferências e que, de modo geral, estão em consonância com elas, ampliando-se o alcance de objetivos importantes para a melhora do SUS local. É interessante notar que do PPA para a programação de 2022, ações aí descritas ampliam o primeiro, aproximando-o mais das nossas demandas.

Não obstante, há inúmeras demandas do controle social não incorporadas ou incorporadas apenas parcialmente como demonstrado acima.

Dos grandes desafios do SUS, destacamos três que, a nosso ver, ainda está longe de ser alcançados e o PPA, embora possa fazer avançar em alguns aspectos, se mostra tímido em outros que dependeriam de mais esforços e recursos (financeiros, mas sobretudo de gestão, cognitivos e políticos).

O primeiro diz respeito à ampliação de acesso aos serviços de saúde. Ainda que todas as metas do PPA sejam cumpridas, ao final dos 4 anos ainda serão grandes as dificuldades dos usuários.

A cobertura de Atenção básica, de saúde bucal, de citologia oncótica, de mamografia, de internações hospitalares, de acesso aos serviços ambulatoriais, aos Serviços de Saúde Mental e Referências serão inferiores ao potencial de uma cidade que é a 11ª. mais rica do país.

Chama-nos atenção que propostas voltadas a territórios e comunidades mais vulneráveis e referentes a populações como a LGBTQIA+, portadores de deficiências localizadas e outras tenham sido negligenciadas no PPA e na Programação Anual de Saúde de 2022.

O segundo refere-se à gestão do SUS, seja ao seu modelo, seja à capacidade de seus gestores na grande maioria dos municípios, em grande parte dos estados e no governo federal. Há um déficit grande no que se refere a gestão regional, gestão colegiada e grande parte do planejamento é ainda centralizada e as tomadas de decisão descendentes e sem participação do controle social ainda é muito arraigada.

De modo geral, nos municípios principalmente, grande parte dos cargos são baseados nos interesses políticos de prefeitos e vereadores, mas nas outras esferas esse padrão também é comum.

Avaliamos que Campinas superou em grande medida, parte dessa problemática, embora ainda haja grande distanciamento do controle social, que participa aquém do desejável das decisões estratégicas da política de saúde municipal. Outra prática que acontecia sistematicamente no passado, a escolha de gestores locais por processo seletivo interno, foi aos poucos abandonados pelas últimas gestões da Secretaria. É fato que salvo alguma exceção, são profissionais escolhidos por indicação da própria gestão e não por atores externos (ao que se sabe). Entretanto a falta de seleção, a não ser como exceção, baseada em critérios mais objetivos e a falta de capacitação sistemática traz prejuízos ao que tange a gestão participativa, horizontal e competente. Este PPA traz metas que buscam superar esses problemas, cabendo ao controle social ficar atento ao cumprimento. No que tange a relação com o Conselho, como já demonstrado com várias evidências em outros documentos, há problemas que poderão ser superados caso várias das propostas relativas a ele sejam cumpridas (garantir mais condições de infraestrutura e pessoal, incluindo assessorias).

Entretanto, mais importante, a realidade do SUS Campinas exige que, embora se possa manter um determinado nível de divergências, comuns entre trabalhadores, usuários e gestores, seja possível, ampliando a participação do controle social em decisões estratégica da Secretaria, construir mecanismos de negociação que levem a consensos entre os 3 segmentos, cada um deles assumindo compromissos e responsabilidades. Lamentamos, por exemplo, que o Conselho não tenha participado das decisões sobre o plano municipal de contenção do Coronavírus.

Urge também mais mudanças institucionais da gestão da Secretaria, ampliando a capacidade gestora dos Distritos de Saúde, dos gestores locais, aproximando o planejamento cada vez de trabalhadores e usuários, assumindo a sua centralidade nesses espaços de cogestão.

Aproximar-se-ia assim o plano final das reais necessidades da população, particularmente das mais vulneráveis. Complementa-se com olhares outros aquilo que os técnicos veem de forma mais distante. Para se avançar a democracia faz-se necessário avançar os mecanismos de democracia direta, na qual os conselhos, particularmente os locais, podem ter papel diferenciado se adequadamente instituídos e respeitados. O PPA aponta tímidas referências e deixam lacunas que precisam ser preenchidas.

Continuará como pauta importante do Conselho Municipal a luta contra as terceirizações e privatizações do nosso sistema de saúde, outra lacuna importante no PPA.

Continuamos afirmando a necessidade de superar o duplo comando da Saúde na cidade com a extinção da Rede Mário Gatti ou, no mínimo, incorporando-a à Secretaria de Saúde, para o que não há referências no PPA ou na programação de 2022.

O terceiro, mas não menos importante, é do subfinanciamento do SUS e, nos últimos anos, o seu desfinanciamento. É fato que os principais responsáveis são o Governo Federal e os Estaduais e que os municípios, de modo geral, já investem valores superiores aos previstos nas leis. Em Campinas há anos que a proporção do orçamento municipal é superior, beirando os 25% a cada ano. A nossa lei municipal refere-se a um mínimo de 17%. Entretanto, caso haja reduções a esse parâmetro, nesse momento e contexto, as restrições serão ainda maiores, ampliando-se as dificuldades do nosso sistema. Embora irmanados na reivindicação de ampliação dos gastos federais e estaduais, ficaremos atentos para que não haja redução dos parâmetros municipais.

Concluímos, portanto, que os déficits apresentados no PPA, continuarão, ao final dos 4 anos, restringindo o sistema de saúde particularmente para os que mais dependem dele: os pretos, os pobres, as pessoas que vivem com deficiência, população LGBTQIA+, a população em sofrimento mental, populações submetidas a condições de violência e populações morando em territórios mais vulneráveis. Há avanços, mas insuficientes para se construir o SUS compatível com o potencial da nossa cidade.

Diante dessas considerações recomendamos a aprovação do Plano e da Programação Anual de 2022 com as ressalvas e recomendações de que se incorporem aos próximos plano municipais anuais de saúde as diretrizes apontadas na 11ª. Conferência e plenárias realizadas em 2021, visando aproximar o plano dos anseios da população do município.

Campinas, 23 de fevereiro de 2022.

Conselho Municipal de Saúde